

DESIGUALDADE E POBREZA EM ALTA

Por Marcelo Neri

O Brasil vive escândalo de corrupção de profundidade e amplitude sem precedentes. O uníssono de repúdio contra os desvios de recursos e malfeitos guarda a promessa de unir o país dividido. Agora não basta a sociedade reagir coesa ao inadmissível. É preciso separar as condições necessárias das suficientes. Em meio às crises econômica e política, a agenda de reforma estruturais não ficou parada. Se as reformas podem recolocar o país na rota do crescimento sustentável via ganhos de eficiência e restauração fiscal, o desenho e a defesa destas mesmas reformas devem priorizar a igualdade. Em particular, o lado social dos problemas e das soluções não pode ser relegado, especialmente numa nação democrática com os nossos níveis de desigualdade e pobreza. A crise transcorre em meio a oferta abundante de estatísticas sociais, o que nos permite avaliar a evolução recente social brasileira e seus determinantes próximos.

O lado social dos problemas e das soluções não pode ser relegado.

MENOS POBRES

Inicialmente cabe relembrar o nosso espetacular retrospecto de redução de pobreza durante a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU. A primeira e principal meta dos ODMs é a redução em 50% da pobreza entre 1990 a 2015. A pobreza caiu no Brasil de 36,6% para 10% da população, uma queda de 72,7%, superando com folga a meta pré-fixada, segundo nossos cálculos sobre a Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio (PNAD). O percentual de extremamente pobres no Brasil caiu de 11% para pouco mais de 2% em um período de 25 anos entre 1990 e 2015, o que corresponde a queda de 73.25%. [gráfico 1]¹.

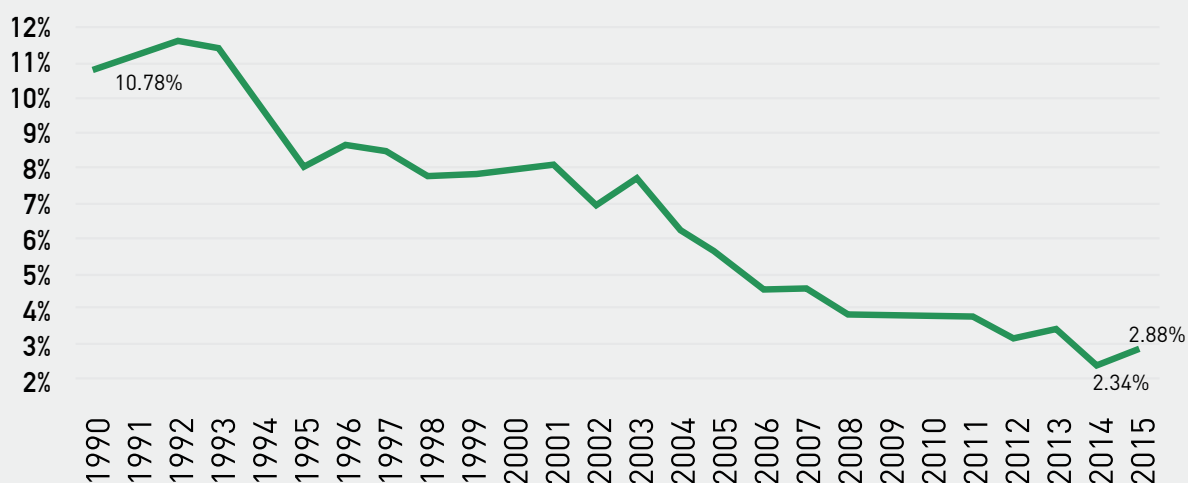
¹ No período imediatamente anterior - entre 1977 e 1990 - a extrema pobreza e a pobreza brasileira aumentou 17,4% e 3,37%, respectivamente. A linha de extrema pobreza internacional é R\$ 90,7 e a de pobreza é de R\$ 223 por pessoa a preços de março de 2017, sendo a última média ponderada nacional ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

MARCELO NERI

Diretor do FGV Social/CPS. Professor da EPGE da Fundação Getúlio Vargas. marcelo.neri@fgv.br.



GRÁFICO 1 | Extrema Pobreza - Proporção Abaixo de 1,25 US\$ por Dia PPP – MDG 1



Nota: Séries harmonizadas de antes de 2004 não inclui o Norte Rural; 1994, 2000 e 2010 interpolações.
Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

O desempenho global a posteriori foi de queda de extrema pobreza de 70,2% neste mesmo interim. Vale notar que esta redução de pobreza global não

No período de 1990 a 2015 das metas pactuadas na ONU, tivemos aqui sempre eleições diretas para presidente e a partir de 1994 atingimos a estabilidade dos preços, o que não é pouco para o até então recordista

mundial de inflação. A abertura da evolução da pobreza entre 1990 e 2015 revela uma distribuição quase meio a meio entre componentes de crescimento e de redução da desigualdade. Ou seja, é um período excepcional em termos históricos, resultante da harmoniosa combinação dos vetores prosperidade e igualdade, com estabilidade e sensibilidade.

Entre 1990 e 2015, a pobreza caiu no Brasil de 36,6% para 10% da população, superando a meta pré-fixada pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU.



MAIS RICOS

Recentemente, surgiram alguns estudos no Brasil que combinam dados do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPF) com o de pesquisas domiciliares como a PNAD para aferir melhor a renda dos mais ricos. Estudo de Me-deiros et all. (2014) foi pioneiro neste aspecto trabalhando com dados de 2006 a 2012. Nele os autores fazem a junção dos dados próximos ao percentil 90% que separa os 10% mais ricos dos demais substituindo a renda dos adultos da PNAD pela renda mais alta observada no IRPF. A hipótese é que a última fonte tem mais capacidade de identificar as maiores rendas. Eles mostram, de fato, que a desigualdade medida pelo Gini é 11% mais alta e caiu no período 2 pontos de porcentagem a menos do que a medida pela PNAD tradicional. Por outro lado, um lado menos enfatizado do mesmo exercício é que a renda brasileira seria 35% maior e teria crescido 13 pp a mais entre 2006 e 2012. Se fôssemos tentar resolver este empate de impactos e combinássemos, como na figura 2 acima, na função proposta por Amartya Sen o nível de renda média com a sua desigualdade num índice sintético de bem-estar social, este seria 9,62% maior e teria crescido 11 pp a mais no período em questão. Mais do que isso, em termos mais gerais o nível de bem-estar social seria inequivocamente maior para qualquer função de bem-estar bem comportada pois houve uma chamada melhora de Pareto, leia-se todos ficariam em situação melhor ou pelo menos iguais a situação anterior na comparação da distribuição mista PNAD e IRPF vis a vis a da PNAD. Isto em qualquer ponto do tempo. Na verdade, não só no retrato da distribuição de renda a distribuição mista é inequivocamente maior, mas no seu movimento entre anos ela também é superior ao observado na PNAD pura. Em suma, se o Brasil seguisse a distribuição de renda assumida na combinação PNAD mais IRPF, teríamos um país inequivocamente melhor que o Brasil que conhecemos através das pesquisas domiciliares. Eu pessoalmente

preferiria morar neste país mais próspero, embora mais desigual.

Na verdade, esses contrastes entre bases de dados trazem à tona uma dissonância que apontei há mais uma década entre o movimento da média de renda da PNAD e o equivalente das contas nacionais. Por simplicidade comparamos PNAD e PIB, mas pode ser renda do trabalho na PNAD versus a das Contas Nacionais, ou ainda a remuneração e produtividade do trabalho, todos com resultados semelhantes. No período do fim da recessão de 2003 a 2014 estes descompassos são favoráveis a PNAD que cresce 6.22% contra 28.4% do PIB per capita. Os dados do IRPF aumentam ainda este paradoxo. Olhando o período mais atual: se entre 2007 e 2015 o PIB per capita cresce 10%, a PNAD cresce 22% e a renda de quem declara o IRPF sobe 48%. O problema é que esta dinâmica de crescimento parece superestimada, de qualquer forma não podemos em economia olhar apenas para o segundo momento da distribuição de renda, sem olhar para o primeiro momento².

CRISE

Voltando à PNAD, a crise social que se manifesta no final de 2014 surge a partir de excessos e desvios deste caminho do meio. Apenas em 2015, a pobreza subiu 19,3%, com cerca de 3,6 milhões de novos pobres. Embora a desigualdade medida por métricas usuais como o índice de Gini não tenha aumentado em 2015, a desigualdade relevante em termos de pobreza explodiu. Basta dizer que enquanto a média de renda caiu 7%, a renda dos 5% mais pobres caiu 14%. Resultado direto do congelamento nominal do Bolsa Família em 2015 quando as taxas de inflação e de desemprego atingiram os 2 dígitos. O salário mínimo que indexa a maior parte dos gastos sociais e previdenciários brasileiros teve ganho real em

2 O que explica a diferença entre PIB e PNAD são os deflatores usados em cada pesquisa INPC ou Deflator Implícito do PIB. Se incorporarmos o aumento da formalização medida através da parcela que faz contribuição previdenciária as diferenças entre as duas últimas são basicamente explicadas.

2015 fazendo com que a renda per capita dos grupos mais diretamente por ele afetados entre os percentis 60 e 65% caísse menos: 3,8%. Os mais pobres tiveram a sua crise dobrada em relação à média geral da nação enquanto os brasileiros medianos tiveram a sua perda reduzida à metade.

Os mais pobres tiveram a sua crise dobrada em relação à média geral da nação enquanto os brasileiros medianos tiveram a sua perda reduzida à metade.

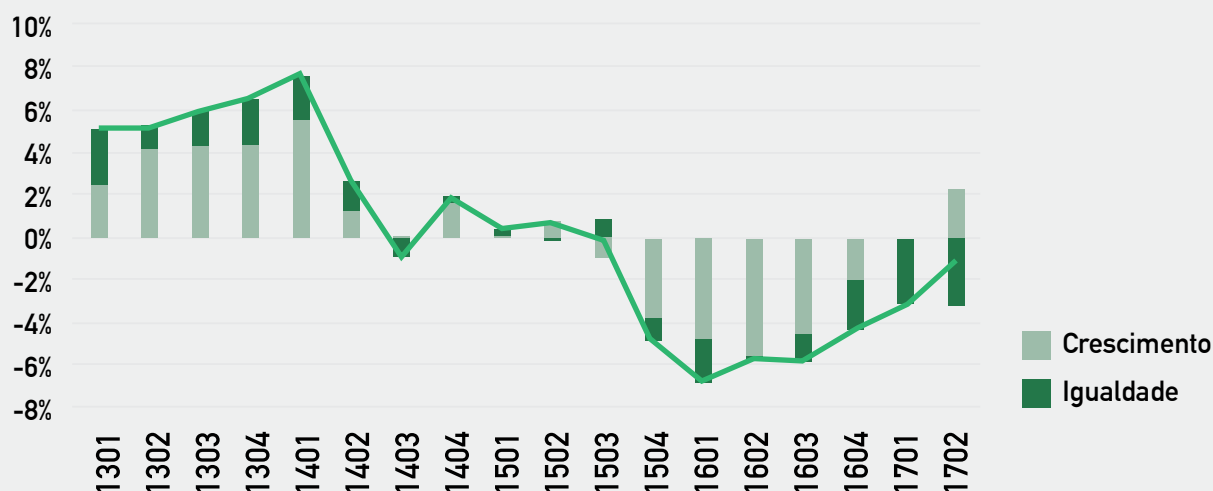
Esta troca de menos Bolsa Família por mais gastos previdenciários foi desvantajosa em termos da trajetória do binômio social e fiscal, assim como o seu impacto sobre a demanda agregada. Em termos de multiplicadores de gastos públicos, cada real gasto com Bolsa Família dispara um multiplicador 3 vezes maior que o dos gastos previdenciários e 5 vezes maior que os do FGTS usado agora como ferramenta anticíclica. Uma lição da crise

atual é olharmos primeiro para os mais pobres, buscando protegê-los e assim preservando o movimento da economia como um todo. No bojo da crise de 1999, gestamos e depois parimos o Bolsa Escola federal; em meio às agruras da crise de 2003 nasceu o Bolsa Família. Na atual crise desaprendemos lições básicas.

Uma lição da crise atual é olharmos primeiro para os mais pobres, buscando protegê-los e assim preservando o movimento da economia como um todo.

Infelizmente, a crise não acabou em 2015, quando a saga relatada na PNAD tradicional se encerra. Nossas projeções revelam que desde o começo o final de 2014 o aumento de pobreza foi de 29,3%, incorporando até meados de 2016 5,5 milhões de novos pobres às estatísticas, só por conta da desaceleração econômica³. A nova PNADC [gráfico 2] restrita a renda do trabalho, formal e informal, revela severa queda de renda média em meados de 2016 na ordem de 5,6%, desacelerando para queda de

GRÁFICO 2 | Crescimento, Equidade e Bem-Estar Social Trabalhistas Taxas Anuais



Fonte: FGV Social/CPS a partir de microdados da PNADC/IBGE.

³ Senão vejamos os detalhes deste cenário. Isto inclui os 3,6 milhões de pobres adicionais de 2015 e mais projeções usando a decomposição de Datt e Ravallion tradicional para a queda de -6% em 12 meses da renda do trabalho até o segundo trimestre de 2016. Vide Apêndice 1, disponível sob demanda.



**A alta da desigualdade
reduz as propensões
privadas ao gasto.**

2% no último trimestre do ano e depois reverte para incremento de 2,2% no segundo trimestre de 2017 na mesma comparação.

A desinflação ajudou a retomada da renda real. No segundo trimestre de 2017 o rendimento médio do trabalho dos ocupados cresceu 3,2 % em 12 meses contra queda de 3,3% apenas um ano antes. No ápice da crise, 70% da queda de renda era devido à alta inflação, depois a inflação passou jogar a favor. Agora em meados de 2017 este efeito está zerado. Em compensação o desemprego aumentou, se tornando o principal responsável pela queda

de poder de compra das famílias brasileiras, representando no último ponto queda de 1,9% na renda ou 1,38% se adicionarmos o efeito aumento da participação no mercado de trabalho. Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração. A maioria dos ocupados passa a temer cair no desemprego e, por precaução, reprimem a sua demanda por bens e serviços. A crise fiscal crônica, agora acompanhada do teto dos gastos públicos, confere credibilidade à ideia de que o Estado não vai poder socorrer os cidadãos em apuros, reforçando outros comportamentos precaucionais na demanda.

Desemprego é sinal de desajuste do mercado de trabalho e de frustração.

DESIGUALDADE

Agora o monstro que voltou à cena tupiniquim é o forte aumento de desigualdade de renda, que não aparecia nestas terras há 23 anos, desde que vencemos o dragão da hiperinflação. Na verdade, desde o nosso ápice da desigualdade e da inflação, em 1989, não experimentamos dois anos seguidos de aumento da desigualdade. O aumento da concentração de renda do trabalho não deu sinais de trégua a partir do quarto trimestre de 2015 em relação ao mesmo trimestre de 2014 fazendo com que a equidade caísse 1,03%, este número sobe para 2,28% e 3,19% 12 meses e 18 meses depois, respectivamente. Explicando, nos tempos por vir de retomada da média, uma parte maior da perda do bem-estar geral da nação⁴. A alta da desigualdade reduz as propensões privadas ao gasto. A retomada da atividade econômica tem encontrado obstáculos no consumo das contas nacionais, nas séries de comércio e de serviços, refletindo esta reconcentração de renda. Num contexto recessivo e de restrição fiscal, quando contamos os tostões, as considerações de equidade ganham relevo. Principalmente depois da taxa de inflação já ter virado o Cabo da Boa Esperança. No fundo, perdemos no ponto crítico da crise todos os elementos do

progresso social progresso: é preciso restaurá-los um a um, explorando a sinergia existente entre eles.

E, finalmente, uma coisa que não fazemos no Brasil, nem na mínima escala, é a avaliação aleatória dos impactos. Monitorar, o governo brasileiro faz bastante, mas a única coisa que realmente é avaliada no Brasil, é através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES). A CAPES é a única agência que realmente avalia, porque são pares avaliando outros pares. O Estado brasileiro se acostumou a não ser avaliado. Temos que mudar isso, de uma maneira decisiva. É a prioridade, principalmente em um momento de ajuste fiscal. Se não soubermos separar o joio do trigo agora, vamos perder uma oportunidade histórica de dar um salto de qualidade na nossa política social.

O Estado brasileiro se acostumou a não ser avaliado.

O Brasil é como um velho barco com furo no casco, precisando de uma reforma geral. Primeiro para não afundar e depois para impulsionar a sua produtividade e competitividade. É certo ainda criar leis e sinalizações para evitar que o capitão corrompa a guarda costeira, ou jogue a nau na Ilha Fiscal. Mas não podemos deixar faltar no tanque o combustível da demanda para à deriva não ficar esperando ventos, que podem não soprar, ou trazer a tormenta de além mar. Nem esquecer o mais importante: aonde queremos todos chegar.

REFERÊNCIA:

- Medeiros, Marcelo, Souza; Pedro H. G. F.; Castro, Fabio Avila. A Estabilidade da Desigualdade de Renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do Imposto de Renda e Pesquisas Domiciliares. Ciência Saúde Coletiva, 2014.

⁴ Para que esta fosse a mudança da desigualdade de todas as fontes a mudança de desigualdade das rendas das demais fontes seguiriam a mudança da desigualdade de renda do trabalho. Estas outras fontes que correspondem a cerca de 25% do total. Se usarmos as curvas de concentração destas curvas para 2015 e utilizarmos mudanças da composição das rendas de previdência, programas sociais etc, o resultado vai mudar um pouco. O Apêndice II disponível mediante demanda apresenta a mecânica da decomposição do índice de Gini por fontes de renda.